

# A MORTE DOS FUNDOS E A RESSURREIÇÃO DA PROVENIÊNCIA: O CONTEXTO ARQUIVÍSTICO NO ESPAÇO E NO TEMPO<sup>1</sup>

Laura Agnes Millar<sup>2</sup>

## RESUMO

No Canadá, embora inicialmente os conceitos de fundo, *respeito aos fundos* e proveniência tenham sido úteis para harmonizar *ad hoc* as técnicas de arranjo e descrição, com o passar do tempo a realidade intelectual da proveniência e a realidade física dos documentos tornaram-se tão entrelaçadas que se perdeu a distinção entre o criador e a criatura. As Normas de Descrição Arquivística (*Rules for Archival Description - RAD*), por exemplo, estabelecem uma abordagem para os fundos que não permite a descrição de documentos virtuais acumulados ao longo do tempo e dispersos no espaço. Para reavaliar o conceito de proveniência, a autora examina o uso desse termo na Arqueologia e na Museologia. Adaptando as definições dessas áreas de conhecimento para o contexto arquivístico, a autora argumenta que os arquivistas devem descrever os documentos remanescentes, explicar a história do criador, seus documentos e como foram parar naquela instituição. Os arquivistas devem ampliar os elementos das RAD, intitulados "procedência" e "história arquivística", e centrar-se em nova perspectiva, não de *respeito aos fundos*, e sim de *respeito à proveniência*, a qual englobará a **história do criador**, a **história dos documentos** e a **história arquivística**. A descrição arquivística deve abranger todos esses elementos, permitindo que os arquivistas forneçam, da forma mais ampla possível, a contextualização dos documentos, tornando-os mais responsáveis por suas próprias ações e, ao mesmo tempo, mais transparentes quanto à gestão dos documentos sob seus cuidados. Os arquivistas devem abandonar o conceito de fun-

---

<sup>1</sup> Esse artigo é baseado em uma apresentação realizada na conferência anual da Associação dos Arquivistas Canadenses em Vancouver, British Columbia, em 24 de maio de 2002. A pesquisa desse artigo é baseada, em parte, no trabalho conduzido durante o período de três semanas de pesquisa quando em visita à *University of Michigan*, em janeiro de 2001, e possibilitado pelo *Advanced Study Center* do *International Institute*. Sou grata à *University of Michigan* pelo apoio. Também, sou grata aos amigos e colegas arquivistas por seus palpites e conselhos dados ao longo da pesquisa. Dedico agradecimento especial a Terry Cook, Verne Harris, Heather McNeil, Tom Nesmith e Richard Valpy por oferecerem excelentes sugestões e apoio. Meu sincero agradecimento também aos revisores anônimos da revista *Archivaria* que ofereceram percepções extremamente valorosas. Todos contribuíram com meu entendimento sobre o assunto; as falhas neste artigo são, inevitavelmente, da minha responsabilidade.

<sup>2</sup> Laura Agnes Millar é consultora de arquivo. Mestre pela Universidade da Colúmbia Britânica, Canadá e PhD pela Universidade de Londres, Grã-Bretanha, em *Archival Studies*. E-mail: laura\_millar@telus.net

do, tendo em vista que essa ideia rotula o documento como algo utópico, ignorando a realidade de sua existência ao longo do tempo e espaço.

Tempo e espaço são fragmentos do infinito para o uso de criaturas finitas.

Henri Frédéric Amiel

Os princípios centrais de respeito aos fundos e de proveniência têm sido contestados por transformações no nosso ambiente moderno de guarda de documentos e práticas arquivísticas. No Canadá, os pontos fortes e as limitações dos conceitos de fundo e de proveniência são mais visíveis nas descrições elaboradas em redes de trabalho *on-line*, tais como a *British Columbia Archival Information Network* – BICAIN, a *Canadian North West Archival Network* – CaNWAN, e a *Canadian Archival Information Network* – CAIN. Utilizando-se dessas ferramentas *on-line*, os arquivistas estão descrevendo os documentos como fundos, adicionando essas descrições em banco de dados e trabalhando com o propósito de criar um repositório virtual de armazenamento coletivo.<sup>3</sup> Porém, até que ponto essas descrições captam o universo dos documentos que produzimos e as mudanças que esses documentos sofreram ao longo do tempo e espaço?

Uma retrospectiva sobre a evolução do respeito aos fundos e a proveniência no Canadá pode nos auxiliar a entender o nosso dilema atual.<sup>4</sup> Um dos primeiros pronunciamentos

---

<sup>3</sup> The Canadian Information Network (CAIN) o *website* foi criado em outubro de 2001 e pode ser visitado no endereço: <http://www.cain.rcia.ca/>. The British Columbia Archival Information Network (BICAIN) pode ser acessado pelo endereço <<http://aabc.bc.ca/aabc/bcaul.html>> e o The Canadian North West Archival Network (CaNWAN) por meio de: <<http://aabc.bc.ca/aabc/canwan.html>>.

<sup>4</sup> Não sou a primeira a discorrer sobre esse tópico. Outros teóricos arquivistas, tais como Debra Barr, Terry Cook, Michel Duchéin, Terry Eastwood, Maria Guercio, Peter Horsman, Chris Hurley, Bob Krawcyck, Heather MacNeil, Tom Nesmith e Hugh Taylo têm se debruçado sobre os conceitos de proveniência, respeito aos fundos e fundo. Abaixo está um conjunto de artigos sobre esta temática: Debra Barr, *Protecting Provenance: Response to the Report of the Working Group on Description at the Fonds Level*, *Archivaria* 28 (Summer 1989), p. 141-45; Terry Cook, *The Concept of the Archival Fonds: Theory, Description, and Provenance in the Post-Custodial Era*, in Terry Eastwood, ed., *The Archival Fonds: From Theory to Practice* (Ottawa, 1992), p. 52-64, *Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts*, *Archival Science* 1, n.º 1 (2001), p. 3-24, and *Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: Postmodernism and the Practice of Archives*, *Archivaria* 51 (Spring 2001), p. 14-35; Michel Duchéin, *Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science*, *Archivaria* 16 (Summer 1983), p. 64-82; Terry Eastwood, *Putting the Parts of the Whole Together: Systematic Arrangement of Archives*, *Archivaria* 50 (Fall 2000), p. 93-116; Maria Guercio, *Archival Theory and the Principle of Provenance for Current Records: Their Impact on Arranging and Inventorying*

canadenses sobre a proveniência ocorreu em 1980, no relatório *The Consultive Group on Canadian Archives*. Os autores desse relatório, conhecido popularmente como *The Wilson Report*, interpretaram proveniência como "os documentos originalmente provenientes da mesma fonte, os quais devem ser mantidos juntos e não misturados (arquivados) com documentos de outras fontes". Eles defendiam que esse princípio preservaria intacto o contexto dos arquivos. Ao definir a proveniência dessa forma, os autores desse relatório estavam reagindo aos inconvenientes da abordagem de "arquivos totais" para a gestão dos arquivos, em que as instituições arquivísticas, financiadas com recursos públicos, coletavam todos os tipos e suportes de documentos de diversas fontes e locais: público e privado, corporativo ou pessoal, institucional ou não institucional. Na ausência de instruções codificadas para aquisição, arranjo e descrição, arquivistas identificavam essas múltiplas aquisições como entrada de documentos, classes, fundos ou manuscritos; eles categorizavam os documentos por assunto, cronologia ou suporte. Era dada uma atenção diminuta à ideia de que os documentos representavam as funções e atividades da criação de uma entidade particular, pessoa física ou jurídica.<sup>5</sup> Para combater a abordagem da classificação por assunto, atribuída por alguns como influência da Biblioteconomia na gestão documental, os autores do Grupo Consultivo instituíram a proveniência e o respeito aos fundos como fundamentos da prática arquivística. Esses princípios foram então reforçados em 1985 pelo Grupo de Trabalho de Nor-

---

Electronic Records, in Swedish National Archives, *The Principle of Provenance: Report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance*, 2-3 September 1993 (Stockholm, 1994), p. 75-86; Peter Horsman, *Taming the Elephant: An Orthodox Approach to the Principle of Provenance*, in Swedish National Archives, *The Principle of Provenance: Report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance*, 2-3 September 1993 (Stockholm, 1994), p. 51-63, and *Dirty Hands: A New Perspective on the Original Order*, *Archives and Manuscripts* 27, n.º 1 (May 1999), p. 42-53; Chris Hurley, *Problems with Provenance*, *Archives and Manuscripts* 23, n.º 2 (November 1995), p. 234-59, *Beating the French*, *Archives and Manuscripts* 24, n.º 1 (May 1996), p. 12-18, and *The Making and the Keeping of Records: (1) What Are Finding Aids for?* *Archives and Manuscripts* 26, n.º 1 (May 1998), p. 58-77; Bob Krawczyk, *Cross Reference Heaven: The Abandonment of the Fonds as the Primary Level of Arrangement for Ontario Government Records*, *Archivaria* 48 (Fall 1999), p. 131-53; Heather Mac-Neil, *The Context is All: Describing a Fonds and its Parts in Accordance with the Rules for Archival Description*, in Terry Eastwood, ed., *The Archival Fonds: From Theory to Practice* (Ottawa, 1992), p. 195-225; Tom Nesmith, *Introduction*, in Tom Nesmith, ed., *Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance* (Metuchen, NJ, 1993); and Hugh Taylor, *The Collective Memory: Archives and Libraries as Heritage*, *Archivaria* 15 (Winter 1982-83), p. 118-30, and *Heritage Revisited: Documents as Artifacts in the Context of Museums and Material Culture*, *Archivaria* 40 (Fall 1995), p. 8-20. A autora agradece as sugestões concedidas por Terry Cook quanto às leituras complementares nesse assunto.

<sup>5</sup> Grupo Consultivo dos Arquivos Canadenses, *Arquivos Canadenses* (Ottawa, 1980); consultar, especialmente, as páginas 15-16 e 63-64.

mas de Descrição Arquivística, o qual reiterou a importância da proveniência enquanto "base para organização e arranjo dos fundos de arquivo".<sup>6</sup>

As descobertas do Grupo foram introduzidas na prática dos arquivos canadenses a partir da publicação das Normas de Descrição Arquivística (Rules for Archival Description -- RAD). De acordo com as RAD, fundo é definido como "conjunto de documentos, independentes do formato ou suporte, criados de forma automática e orgânica e/ou acumulados e utilizados por um determinado indivíduo, família ou corporação no curso das funções e atribuições daquele produtor." Respeito aos fundos é o princípio em que os documentos de um determinado produtor são mantidos em conjunto, em sua ordem original, como uma unidade orgânica. E aquele conjunto foi estabelecido segundo sua proveniência: por pessoa ou pessoas, família ou famílias, corporação ou entidades que produziram e/ou acumularam e utilizaram documentos na condução de sua vida pessoal ou profissional.<sup>7</sup>

Em essência, a abordagem canadense pode ser estabelecida da seguinte forma: se você possui documentos de uma entidade produtora, você deve mantê-los reunidos de acordo com o seu produtor, como um todo orgânico. Não se deve separá-los por assunto, cronologia ou suporte; não se deve misturá-los com documentos de outras fontes. Respeite os fundos. Respeite o produtor. Esses procedimentos garantirão a unidade orgânica dos documentos e reforçarão o consenso de que os documentos pertencem a uma totalidade e, não, a uma parte. Embora inicialmente fosse vantajoso rejeitar as abordagens *ad hoc* para a organização e descrição do passado, a realidade intelectual da proveniência e a realidade física dos documentos tornaram-se, ao longo do tempo, tão entrelaçadas, que a distinção essencial entre o produtor e a produção acabou se perdendo.

Atualmente, o Canadá reivindica dezenas de milhares de fundos. Na nova base de dados CAIN, que inclui um total de 29.602 documentos descritos, 25.538 são fundos.<sup>8</sup> Alguns

---

<sup>6</sup> A estatística foi fornecida por Natalie Holst, do Conselho de Arquivos Canadenses, via e-mail em 9 de maio de 2002. A autora agradece à Ms. Holst e ao CCA, por sua pronta e informativa resposta à solicitação feita ao CAIN statistics.

<sup>7</sup> Escritório dos Arquivistas Canadenses, Grupo de Trabalho de Normas de Descrição Arquivística, *Toward Descriptive Standards: Report and Recommendations of the Canadian Working Group on Archival Description (Ottawa, 1984)*, p. 6-7.

<sup>8</sup> Números fornecidos por Natalie Holst, do Conselho de Arquivos Canadenses, via e-mail em 9 de maio de 2002. A autora é grata à Ms. Holst e o CCA por sua pronta e informativa resposta à solicitação feita ao CAIN statistics.

podem dizer que esses dados comprovam o sucesso do conceito de fundo. Sugiro que esses números demonstram as falhas na aplicação do conceito de fundo e, em última análise, no conceito em si mesmo. A realidade intelectual da proveniência e a realidade física dos arquivos não são equivalentes. Um conjunto de documentos pode derivar de diversos produtores e um produtor pode depositar documentos em diversos lugares físicos. Proveniência e fundo não são a mesma coisa e tampouco representam uma relação constante, de um para um.

Na descrição arquivística, a lógica dos fundos falha com a aplicação da norma RAD 1.1A1. Essa norma requer que qualquer descrição arquivística inclua um título: especificamente "o título da unidade de descrição, seja transcrito ou fornecido". O material arquivístico em questão - um único item, quatro caixas ou oito mil metros de documentos - necessita de um título.<sup>9</sup>

O fato é que fundos não têm títulos. Isso aqui não é "Alice no país das maravilhas." Os fundos não são enviados para os repositórios com pequenas etiquetas brancas onde se lê "Eu sou fundo. Arquive-me." Ao nomear um fundo, os arquivistas são responsáveis pela elaboração do título. As RAD instruem os arquivistas a designar a palavra "fundo" à natureza da unidade orgânica, acompanhada do nome de "pessoa(s), família(s) ou corpo corporativo predominantemente responsável pela criação do fundo como um todo".<sup>10</sup> Identifique a proveniência, adicione a palavra fundo e -- pronto! -- eis um título. Mas existe, de fato, um fundo? Acredito que não.

Para analisar essa questão, vamos verificar os arquivos da Hudson's Bay Company, uma empresa canadense por excelência. Durante grande parte da história da Hudson's Bay Company, seus negócios foram conduzidos por caçadores e negociantes, inspetores e capitães de navios. Eles viajavam a cavalo ou a pé; seus escritórios eram cabanas de madeira, casas rústicas ou as cabines dos capitães em seus barcos. Os documentos que eles "produziram, acumularam e usaram" foram expostos a vento e a chuva, a lama e sujeira, a perda, a dano e ao descuido.

Atualmente, mais de 3.000 metros lineares dos documentos da companhia são mantidos nos arquivos da Hudson's Bay Company, localizados dentro dos arquivos da província de

---

<sup>9</sup> Escritório dos Arquivistas Canadenses, Normas de Descrição Arquivística, ver páginas 1-10, 1-15, 1-19.

<sup>10</sup> Ibid.

Manitoba.<sup>11</sup> No entanto, nem todos os documentos da Hudson's Bay Company estão em Winnipeg. Uma busca por título, no banco de dados CAIN, com as palavras-chave “Hudson’s Bay Company”, revela dez fundos diferentes e quatro coleções que identificam a Hudson's Bay Company como a entidade produtora. Um fundo, o "Hudson’s Bay Company, fundo Quesnel Post” abrange doze centímetros de documentos. Um fundo separado, intitulado “Fundo Quesnel Post”, consiste de 5,5 centímetros de documentos. Outros dois conjuntos de documentos, um com 16 centímetros e outro com 20, são identificados simplesmente como "Fundo da Hudson's Bay Company". Em British Columbia, os arquivos provinciais mantêm o "Fundo Fort Nanaimo", que inclui um documento nomeado como "wastebook”. O arquivo da Comunidade Nanaimo também mantêm o fundo "Forte Nanaimo", que inclui a correspondência, o livro diário e o registro de entrada de documentos do forte. Cada um dos dez fundos identificados da *Hudson's Bay Company* é alojado em uma instituição diferente, e nenhum desses fundos fica no Arquivo da *Hudson's Bay Company*. Onde está a totalidade dos arquivos da Companhia? Onde está o fundo?<sup>12</sup>

Se fundo é um todo orgânico, então um arquivo qualquer não deveria identificar o wastebook como um fundo, e um outro arquivo não deveria identificar correspondências, livro diário e registro de entrada de documentos como fundo. Em vez disso, ambos os arquivos deveriam buscar os fundos virtuais aos quais esses documentos pertencem, no caso, os arquivos da *Hudson's Bay Company* em Winnipeg. Os documentos seriam alocados no arranjo existente daquele fundo, nas categorias séries, subséries, dossiê ou item. Incorporando física ou virtualmente esses fragmentos de arquivo dentro do fundo maior "Hudson's Bay Company", arquivistas podem recriar uma ordem original baseada nas funções e atividades da entidade produtora. Não é esse o objetivo da proveniência, respeitar a entidade produtora? Pode até ser, mas acredito que esse procedimento não funcione.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Para informações a respeito dos arquivos da *Hudson’s Bay Company*, ver o website do arquivo em: <<http://www.gov.mb.ca/chc/archives/hbca/about/holdings/text.html>>.

<sup>12</sup> Para acessar a ferramenta de busca CAIN, visite <<http://www.cain-rcia.ca/cain-bin/>>. O fundo "Fort Nanaimo" no *British Columbia Archive* é descrito no registro CAIN n° 6107; o fundo "Fort Nanaimo" no *Nanaimo Community Archive* é descrito no registro CAIN n° 11757.

<sup>13</sup> Se os documentos são consolidados em um fundo virtual, deve-se questionar se, de fato, o wastebook deve ser guardado. Afinal, o que é um wastebook? Como será discutido, a história sobre como o wastebook foi re-

Se os documentos disponíveis são de origem única – compartilhando o mesmo produtor, seriam gerenciados enquanto uma unidade, e não divididos por assunto, cronologia ou mídia. Mas, nessa hipótese, estariam os arquivistas sugerindo que todos os documentos produzidos por um produtor deveriam ser armazenados em um único lugar? Claro que essa ideia é descabida, impraticável e ilógica. Se os arquivistas estão descrevendo um conjunto virtual de documentos, dispersos no espaço, eles podem defini-lo como fundo e identificar a localização de diferentes séries, dossiê e item. Mas se eles estão descrevendo os itens em sua posse, naquele momento, então, eles podem estar descrevendo, possivelmente, uma série, um dossiê, um item ou uma coleção, e não um fundo.

O fundo implica uma plenitude, uma completude, uma totalidade. Argumentaria que nenhum arquivo tem, terá ou já teve "a totalidade dos documentos" de qualquer produtor. Documentos são destruídos, perdidos, transferidos ou modificados antes mesmo de chegar aos arquivos. Uma vez em custódia, os documentos podem ser escolhidos, selecionados ou removidos. Os arquivistas não apenas gerenciam os documentos; eles decidem, ativamente, o que será mantido e o que será removido, por meio do processo de avaliação. Os arquivistas gerenciam o resíduo, e não a totalidade; a parte, e não a soma. Se não existe um fundo, qual seria a lógica de atribuir um título que identifica um fragmento como um todo? Conforme questão apontada por Heather MacNeil,

se a totalidade dos documentos de um determinado produtor pertencentes a um arquivo corresponde somente a poucas cartas, um simples manuscrito ou um livro contábil, essa totalidade constituiria um fundo reconhecível como tal?

Sob outro prisma, pode o princípio de *respeito aos fundos* ser aplicado de forma relevante aos remanescentes de um fundo desmembrado?<sup>14</sup>

Muller, Feith e Fruin demonstraram que um fundo pode ser constituído de um único item ou um pequeno agrupamento. Se o que restou é apenas isso, é isso o que constitui o

---

movido dos arquivos em Winnipeg e como foi mantido no arquivo institucional na British Columbia, provavelmente perdidos no processo de reagrupamento dos documentos em um fundo imaginário.

<sup>14</sup> MacNeil, Heather. *The Context is All: Describing a Fonds and its Parts in Accordance with the Rules for Archival Description*. p.203.

fundo.<sup>15</sup> Os arquivistas canadenses têm levado esse conselho a sério. Muitos dos fundos, no sistema CAIN, são itens únicos, pequenos grupos, porções e peças remanescentes. De acordo com essa lógica, dezesseis centímetros de documentos podem ser um fundo, se for isso o que sobrou. Mas é certo que não restaram apenas dezesseis centímetros do fundo "Hudson's Bay Company", haja vista existirem mais de vinte centímetros do fundo "Hudson's Bay Company" em instituição distinta, para não falar dos 3.000 metros lineares de documentos que foram deixados em outro local. Os arquivos da Hudson's Bay Company podem ser encontrados por todo o Canadá. É importante pensar os documentos num contexto virtual, e não num contexto físico.<sup>16</sup> Referir-se a cada uma dessas entidades diferentes como se fosse um fundo diminui o valor das partes e, em última análise, torna sem sentido o próprio conceito de totalidade.

Uma solução é simplesmente redefinir o conceito de fundo. Em vez de definir fundo como a **totalidade** dos documentos criados, acumulados ou utilizados por alguém, basta defini-los como **resquícios**, fragmentos conservados. Dessa forma, os dez fundos que identificam a Hudson's Bay Company como produtor podem ser integrados intelectualmente aos arquivos de Winnipeg, criando um fundo virtual de todos os remanescentes. No entanto, será que esse enfoque no produtor dos documentos proporcionará um escopo completo da informação contextual que os arquivistas deveriam estar fornecendo sobre os documentos?<sup>17</sup>

Quando os arquivistas argumentam que o fundo representa "a totalidade dos documentos criados, acumulados e utilizados", nós enfatizamos aquilo que foi "criado". Não estamos atentando para o "acumulado" ou para o "utilizado". Nossa descrição pode nos indi-

---

<sup>15</sup> Ver MULLER, S; FREITH, J.A.; FRUIN, R. *Manual for the Arrangement and Description of Archives* (New York, 1968). This edition is the English translation; the original Dutch edition appeared in 1898.

<sup>16</sup> Sobre a discussão do conceito do princípio de fundo, ver, em particular, o argumento de Cook em *The Concept of the Archival Fonds: Theory, Description, and Provenance in the Post-Custodial Era*.

<sup>17</sup> Em essência, essa abordagem deveria posicionar a descrição no topo da hierarquia arquivística, como o centro da prática nos arquivos. Tem sido defendido por autores como Terry Cook, Eric Ketelaar e David Bearman que, de fato, a tarefa arquivística mais significativa não é a descrição, mas sim, a avaliação. O perigo de ferramentas como a RAD é que elas podem induzir os arquivistas a focar um passivo recebimento e organização dos arquivos, ao invés de um processo ativo de avaliação e gestão. Ver COOK, Terry. What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, e the Future Paradigm Shift, *Archivaria* 43 (Spring 1997), p. 18-63, ver também KETELAAR, Eric. Exploitation of New Archival Materials, *Archivum* 35 (1989), p. 189-99, e Archival Theory and the Dutch Manual, *Archivaria* 41 (Spring 1996), p. 31-40, e mais antigo, 1985, BEARMAN; LYTLE. The Power of the Principle of provenance, *Archivaria* 21 (Winter 1985-86), p. 14-27.

car que os documentos do Fort Nanaimo faziam parte da Hudson's Bay Company. Mas não podemos explicar quem criou os documentos de Nanaimo e por que foram criados, como acabaram em Nanaimo ou Victoria, e não em Montreal, Londres ou Winnipeg e, em última análise, como foram parar nos depósitos de uma província ou arquivo da comunidade. Essas informações também não fazem parte da história dos documentos? Não deveriam, portanto, constituir parte essencial da descrição dos documentos?

Para tentar entender como os arquivistas poderiam capturar essa parte da história dos documentos, valeria a pena examinar as práticas dos nossos colegas da arquivologia e da museologia. Tanto arqueólogos como curadores utilizam o termo "proveniência". Tendo em conta que utilizam palavra idêntica, será que o sentido é o mesmo? O que podem os arquivistas aprender com o senso de criação e origem em arqueologia e arte? O que podemos aprender com as diferentes abordagens à ideia de totalidade e de partes?

Em arqueologia, o termo proveniência – derivação de "provenance" – é utilizado para se referir ao "registro arqueológico do objeto, sua justaposição a outros objetos *in situ*, sua relação com esses objetos, as camadas acima e abaixo do nível em que o objeto foi encontrado na escavação."<sup>18</sup> Arqueólogos mapeiam a localização do objeto em relação a coordenadas espaciais exatas. O pó encontrado na superfície do objeto, os elementos naturais e artificiais em torno do objeto no solo, tudo auxilia a definir a idade, natureza e propósito do objeto. O ponto onde o objeto foi encontrado é referenciado como "ponto de descoberta": o último ambiente físico onde o objeto foi abandonado ou descartado pelo indivíduo que o utilizou pela última vez.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> DARRABY, Jessica L. *Art, Artifact & Architecture Law*. Deerfield, Illinois, 1995. pp. 6-51.

<sup>19</sup> As seguintes leituras oferecem diversas perspectivas sobre a proveniência arqueológica: Jeremy Coote, Peter Gaterhcole, and Nicolette Meister, with contributions by Tim Rogers and Frieda Midgley, *Curiosities Sent to Oxford: The Original Documentation of the Forster Collection at the Pitt Rivers Museum*, *Journal of the History of Collections* 12, no. 2 (2000), p. 177–92; HOLMES, Lore; HARBOTTLE, Garman. *Compositional Fingerprinting: New Directions in the Study of the Provenance of Limestone*, *GESTA* 33, no. 1 (1994), pp. 10–18; JACOBSON; WES-THUIZEN; BRUIYN, *Geochemistry and Archaeology: A Creative Bond*, *South African Journal of Science* 91, no. 8 (August 1995), p. 381–4; WISEMAN, James *Scholarship and Provenience in the Study of Artifacts*, *Journal of Field Archaeology* 11 (1984), p. 67–77. Ver também SHANKS, M; TILLEY, C. *Reconstructing Archaeology: Theory and Practice*, (London, 1992), and GREENE, K. *Archaeology: An Introduction* (London, 2002). Consultar também a coleção de Web sites disponíveis em tópicos arqueológicos, incluindo: English Heritage, Archaeology and Survey Department, em <<http://www.eng-h.gov.uk/welcome.htm>>; the British Archaeology Data Service, em <<http://ads.ahds.ac.uk/project/userinfo/standards.html>>; e the Canadian Archaeological Association, em <<http://www.canadianarchaeology.com/home.lasso>>. Ver também the University of Pennsylvania Museum of

Um fragmento de cerâmica pode ser interpretado de forma diferente, dependendo do seu ponto de descoberta. A um metro abaixo do chão, localizado no que parece ser uma fogueira, esse fragmento poderia fazer parte de uma panela para cozinhar. A três metros abaixo do chão, em uma área repleta de fertilizantes naturais, poderia ser o que restou de um penico. Seu contexto físico, logístico e espacial é a chave para entender o objeto e, por meio do objeto, seu lugar e tempo. Dessa forma, entender a sua localização física exata torna-se imprescindível para a contextualização do objeto. Em arqueologia, o item encontrado não é definido como um todo. Isso não é fundo. Tudo o que sobrou do objeto original – e do quarto, do edifício, ou da vila onde foi encontrado – pode ter sido um fragmento, a menor das partes de um todo desaparecido há muito. A partir daquele fragmento, são elaboradas inter-

---

Archaeology and Anthropology; esse site possibilita uma variedade de *links* sobre questões arqueológicas. Ir para <<http://www.upenn.edu/museum/Overview/archyanthro.html>>. Um exemplo da importância física da localização do artefato tem sido apresentado pelo arqueóloga Denise Schmandt-Besserat. Schmandt-Besserat estudou o local dos *tokens*, datando do oitavo ao terceiro milênio a.C., e encontrada nas escavações arqueológicas, próximo ao Oriente. Naquela época, esses *tokens* serviam como calculadoras. Eles eram utilizados não só para calcular as quantidades de bens, mas, também, para armazenar os dados; eles eram, de fato, documentos. Schmandt-Besserat analisou o propósito dos *tokens*, em relação à sua localização precisa, em um sítio de escavação. Ela percebeu, por exemplo, que os *tokens* datados do sexto milênio foram encontrados em estruturas não domésticas, sugerindo que eles serviram a funções não domésticas. Dessa forma, ela interpretou que eles não eram apenas peça de uso doméstico, mas eram relevantes para a sociedade. Além disso, os *tokens* não foram encontrados em uma área particular, sugerindo que eles tivessem sido manipulados e utilizados por um certo número de indivíduos, ao longo do tempo. O aumento significativo de *tokens* encontrados nas escavações relativas ao quarto milênio a.C., localizados nas áreas administrativas do sítio, em "escritórios" pré-cristãos, sugerem que a sociedade tinha burocratizado suas funções, dividindo diferentes tarefas entre trabalhadores específicos. Os *tokens* representavam a responsabilidade outorgada a um indivíduo dentro da sociedade, e não uma tarefa compartilhada informalmente. Schmandt-Besserat também percebeu que alguns *tokens* do quarto milênio eram também encontrados no lixo. A precisa localização no lixo, acima e abaixo de diferentes tipos de resto de comida e respectivos produtos de diferentes estações do ano, sugeriam que eles eram colocados ali após a colheita anual ter sido colhida e armazenada. Schmandt-Besserat demonstrou que a sua localização no lixo, em camadas de detritos de outono, primavera e verão, define os *tokens* como ferramentas para contar os produtos das colheitas. Eles registravam transações de curto prazo. Uma vez que a transação estava completa, o *token* não era mais necessário, e, dessa forma, não era mantido. Os *tokens* eram descartados, não colocados em desuso, mas jogados no lixo, e quando eles foram encontrados milênios depois, foram definidos por sua localização no lixo. Seus destinos finais tornaram-se seu contexto. Ver SCHMANDT-BESSERAT, Denise. *Tokens: A Prehistoric Archive System*, in Piera Fendi, Enrica Fiandra, Gian Giacomo Fissore, and Marcella Frangipane, eds., *Archives Before Writing: Proceedings of the International Colloquium Oriolo Romano*, October 23–25, 1991 (Rome, 1994), p. 13–28. (See esp. pp. 20–21 about the location of tokens.) Essa publicação inclui uma quantidade de artigo interessantes sobre arquivos antes da escrita e a relação entre a gestão de arquivos e arqueologia. Em particular, as contribuições são de LODOLINI, Elio. "Archaeologists and Archivists: a fruitful collaboration," e TAMBLÉ, Donato. "Perspectives for the history of archives before writing." Sou grata a Heather MacNeil por viabilizar essa publicação.

pretações sobre o que poderia ter sido, mas nunca a partir da ideia de que aquilo que restou constitui o todo do que lá jazia.<sup>20</sup>

No mundo dos museus, a proveniência é interpretada a partir de uma perspectiva diferente. O conceito de proveniência artística, mais significativo no âmbito das galerias de arte, está inextricavelmente entrelaçado com o conceito de linhagem e autenticidade. Proveniência em arte é definida como "a história cronológica de uma obra de arte rastreada até o criador por meio do mapeamento da cadeia de transferência de propriedade e posse, localização, publicação, reprodução e exposição".<sup>21</sup> A proveniência artística não é a história do criador do objeto, e sim a do próprio objeto. A proveniência artística é derivada dos documentos de arquivo, histórias orais, recibos de vendas, inventários de galeria, e até mesmo das marcas na moldura, selos e rabiscos na parte de trás da própria arte. A história emerge também da composição química da pintura, da construção da tela e da formulação da tinta. A proveniência artística também reconhece o papel importante, e subjetivo, do curador e o fato de que a arte pode ser adquirida e vendida, transferida ou leiloada, com base nas necessidades e interesses da galeria ou museu.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Isso não é dizer que os arqueólogos não reconstruam objetos e tentam recriar uma totalidade imaginária, a partir de um fragmento. Arqueólogos distinguem entre reconstrução, restauração e preservação. Reconstrução é a reprodução ou construção, "de forma exata e detalhada, de um prédio abandonado, estrutura, objeto, ou qualquer parte dele, como foi encontrado, em um período específico". Restauração é o processo de "recuperar a forma e detalhes de uma propriedade e seus arredores como foi encontrado em um período específico". Por fim, preservação é o "processo de aplicar medidas para sustentar o formato existente, a integridade e o material de uma construção ou estrutura, a cobertura vegetal do local e sua forma existente". (Ver, por exemplo, the *University of Minnesota E- Museum*, que inclui considerável arcabouço de informações em questões arqueológicas. Disponível em: <<http://emuseum.mnsu.edu/archaeology/archaeology/reconstruction.html#>>

<sup>21</sup> Darraby, Art, Artifact & Architecture Law, p. 2–50.

<sup>22</sup> Os respectivos textos tratam sobre a proveniência artística: ATHINEOS, Doris. Phony Provenances Shake the Art World, *Forbes* 158, no. 4 (8/12/96), p. 168–71; BAILEY, Martin. British Provenance Probes, *The Art Newspaper* 102 (April 2000), p. 14; BARBERIE, Peter. Thoughts on Exhibiting a Pende Mask, *Record of the Art Museum* 58, nos. 1 and 2 (1999), p. 62–69; P. BUDD, R. HATTERTY, A.M. POLLARD, B. SCAIFE, and R.G. THOMAS, Rethinking the Quest for Provenance, *Antiquity* 70 (1996), p. 168–74; CZERNIN, Hubertus. Law of Return?, *Art News* 97, no. 10 (November 1998), p. 80; DALEY, Michael. The back is where it's at, *Art Review* 52 (June 2000), p. 44–45; GRIFFITHS, Antony. Scribbles on the Backs of Prints, *Print Quarterly* 12 (March 1995), p. 75–78; READ, Robert. Probing Provenance, *The Art Newspaper* 83 (July–August 1998), pp. 25; RUBENSTEIN, Raphael. Museums and Holocaust Heirs: An Update, *Art in America* 88, no. 4 (April 2000), p. 33, 35. A busca por documentar a proveniência artística tornou-se mais urgente com a busca em recuperar ou reivindicar as obras de arte perdidas ou deslocadas durante a Segunda Guerra Mundial. Um caso significativo é o caso Bloch-Bauer, na Áustria. A galeria Osterreichische, na Áustria, tem diversos trabalhos de Gustav Klimt, que haviam sido doados para a galeria, em 1920, por Adele Bloch-Bauer sob duas condições. Em primeiro lugar, as pinturas não deveriam ir para a galeria antes da morte de seu marido, Ferdinand, e, segundo, elas deveriam ser apenas doadas com sua explícita aprovação. Com a ascensão do Terceiro Reich, Ferdinand foi para o exílio, e no momento em que ele morreu, em

A proveniência artística documenta a vida de um objeto ao longo do tempo, garantindo que o objeto é, de fato, um Picasso ou um Renoir ou um Kandinsky. Como os itens em questão não ficam estáticos ao longo de suas vidas, suas viagens devem ser documentadas para "provar" que eles são o que afirmam ser, enquanto mudam de local ao longo de décadas ou séculos. No mundo da arte, o item não é o fundo. A obra de um artista, ou o conjunto de sua obra, pode ser considerada como equivalente a um fundo. Porém, nenhuma instituição jamais tem a pretensão de possuir a totalidade do conjunto daquela obra, e seus curadores não apresentam como um todo os seus itens e fragmentos. De fato, a busca por novas peças do conjunto, e a interpretação dessas peças, é um dos prazeres da curadoria artística.

O arqueólogo protege a informação que define a peça de cerâmica no tempo e no espaço. O curador também rastreia os movimentos da obra de arte ao longo do tempo e do espaço, de modo a assegurar a sua integridade. Mas o arqueólogo não declara de forma unilateral que um fragmento de cerâmica é um penico. E um curador não tem a pretensão de equiparar uma pintura de Picasso à soma total de suas obras. Em vez de fazer de conta que temos a posse dos fundos, nós arquivistas devemos explicar o que realmente possuímos;

---

1945, a galeria foi autorizada pelos nazistas a tomar as pinturas. Agora, os herdeiros Bloch-Bauer estão tentando recuperar a propriedade das obras, e eles estão contando com a investigação da proveniência para reforçar sua reivindicação. Ver Czernin, "Law of Return?" p. 80. Detalhes sobre o caso podem ser encontrados em: <[www.adele.at/](http://www.adele.at/)>.

Outro caso envolve o trabalho do pintor holandês Jan Vermeer. Seu trabalho do século dezessete, *The Astronomer*, um retrato de um homem vestido em um robe azul, sentado em seu escritório, contemplando um globo celestial e rodeado por um compasso, um astrolábio e um livro aberto, agora, em exposição no museu Louvre em Paris. O trabalho pertenceu a família Rotschild por quase um século, desde quando o Barão Alphonse Rothschild adquiriu a pintura para sua coleção privada em 1886. A placa atrás da pintura indica que a obra foi doada para o Louvre pelos Rothschilds em 1982. O detalhe que a placa não revela é que durante a Segunda Guerra Mundial, a pintura não estava no quarto do Rotschild, mas sim, no depósito Nazista, como parte dos tesouros da família Rotschild tomados por Adolph Hitler para a sua coleção privada. A proveniência da pintura, sua história, não está gravado na placa no Louvre, mas foi relatada nos inventários das obras de arte recolhidas pelos nazistas, nos arquivos da ERR ou Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg fur die Besetzten Gebiete, a agência do governo nazi responsável por "adquirir" obras de arte. Uma pequena swastika estampada em tinta preta no verso do quadro, serve como testemunha visual da trajetória da pintura. Como Doris Athineos observou, "como adesivos em um baú, as etiquetas coladas na parte de trás das pinturas, revelam sua viagem ao longo das galerias, museus e coleções particulares." Ver Athineos, *Phony Provenances Shake the Art World*, p. 1-4. Para saber mais sobre a história da Vermeer, ver FELICIANO, Hector. *The Lost Museum: The Nazi Conspiracy to Steal the World's Greatest Works of Art*. Estão em andamento, em todo o mundo, novos projetos para rastrear a proveniência. Ver, por exemplo, the Art Institute of Chicago Provenance Research Project, "Overview," <[www.artic.edu/aic/provenance](http://www.artic.edu/aic/provenance)>; the Harvard University Art Museums, Provenance Research project, delineado em <[www.artmuseums.harvard.edu/research/provenance](http://www.artmuseums.harvard.edu/research/provenance)>. Ver, ainda: the Getty Research Institute, Getty Provenance Index project, <<http://www.getty.edu/research/tools/provenance/>>.

explicar a história temporal e espacial do fundo e deixar os usuários criarem as conexões e estabelecer suas próprias definições de "totalidade". Não devemos identificar os arquivos da Hudson's Bay Company como fundo, e sim como arquivos; como wastebooks, correspondências e diários de bordo. Em seguida, se desejarmos, poderemos especular sobre uma totalidade hipotética. Poderemos interpretar os documentos para criar nossos arranjos -- os quais, devemos estar cientes, são construções artificiais -- e compilar nossas histórias administrativas e análises contextuais.

Mas, antes disso, nós arquivistas devemos estar cientes do fato de que os arquivos deixados diante de nós -- como o wastebok do Forte Nanaimo -- são apenas fragmentos de uma história mais ampla e constituem parte de uma jornada. O nosso trabalho é contar a história, tanto quanto possível. Para esse fim, proponho recorrer às interpretações arqueológicas e artísticas da proveniência para expandir as nossas próprias definições e para que o conceito englobe não apenas a criação dos documentos, mas também suas histórias ao longo do tempo e nosso papel na gestão deles. A pergunta a ser feita não deveria ser "Como surgiram esses documentos?". A pergunta deveria ser "Como é que esses documentos acabaram chegando *aqui*?".

Em vez de limitar a proveniência à criação devemos expandir o conceito, ao qual seriam incorporadas as qualidades espaciais e temporais da proveniência arqueológica e artística. Já temos nas RAD um elemento que identifica "procedência" dos documentos.<sup>23</sup> Essa área é, com efeito, nossa proveniência arqueológica, nosso ponto de descoberta. Também temos nas RAD um elemento que identifica a "história arquivística" dos documentos.<sup>24</sup> Essa área é, com efeito, nossa proveniência artística, nosso ponto de descoberta. Temos identificados essas áreas nas nossas ferramentas descritivas, mas essas áreas estão lamentavelmente subutilizadas. Acredito que elas são cruciais para o nosso entendimento dos documentos e para a defesa da proveniência arquivística que devemos proteger. Portanto, devemos elevá-los de meras entradas de descrição opcional para o centro da doutrina da prática arquivística.

---

<sup>23</sup> Bureau of Canadian Archives, *Rules for Archival Description*, Rule 1.8B12, p. 1–60.

<sup>24</sup> *Ibid.*, Rule 1.7A1, p. 1–45. É irônico que a história arquivística não é, de fato, formalmente definida no glossário para RAD. Uma definição não oficial foi criada durante a construção da RAD, e, depois, removida da versão final. A autora é grata a Bob Krawczyk por fornecer esse conhecimento sobre a história arquivística e RAD.

tica. Essa nova informação descritiva deve ser proeminente e passível de pesquisa nas nossas redes se desejamos oferecer um contexto mais rico aos nossos documentos e prover um melhor entendimento para os nossos usuários.

Proponho redefinirmos a proveniência para englobar três componentes relacionados. O primeiro deve ser a **história do produtor**, a história de quem produziu, acumulou e utilizou os documentos ao longo do tempo. Essa história deve focar o produtor, e não os documentos. A ênfase deve ser colocada em "quem", e não em "o que". Essa é nossa proveniência arquivística existente, aprimorada para acomodar mudanças organizacionais e funcionais ao longo do tempo. O produtor não deve ser definido com uma simples palavra ou frase. Em vez disso, deve ser, como proposto por Terry Cook, "um conceito virtual e mais elástico refletindo aquelas funções e processos do produtor que impulsionaram a criação do documento, dentro e através de organizações em constante evolução... conectado a funções e atividades."<sup>25</sup> Documentos podem ter muitos produtores ao longo do tempo e espaço. Tudo deve ser identificado nesse componente de proveniência. O produtor dos documentos do Forte Nanaimo foi a Hudson's Bay Company; mas o produtor foi também o Forte Nanaimo; os oficiais comissionados do Forte Nanaimo; e talvez o comerciante, o caçador e o comandante do navio que auxiliou a manter o Forte Nanaimo funcionando. A história do produtor pode englobar todas essas realidades.

O segundo componente de proveniência deve ser a **história dos arquivos** ou a trajetória da gestão física e do movimento dos documentos ao longo do tempo. Esta seria uma adaptação da proveniência artística. A história dos arquivos-- talvez mais precisamente denominada de proveniência, seria a história dos próprios documentos: como foram criados e utilizados; quem tinha a sua posse e quando; para onde foram deslocados e por que; se algum documento foi perdido e ou transferido, aprimorado e alterado, incluindo o motivo, e o tempo em que foram recolhidos à custódia. Por que o wastebok do Forte Nanaimo foi criado? Para qual propósito foi utilizado? Era considerado administrativamente importante ou efêmero? A instituição criou índices, tabelas de temporalidade ou destruiu os arquivos obsoletos? Os arquivos foram destruídos por fogo, perdidos no processo de mudança ou cedidos

---

<sup>25</sup> Cook, *Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts*, p. 21.

a uma companhia de recolhimento? A história de guarda dos documentos tem sido negligenciada por tempo demasiado; chegou o momento de ressuscitá-la.<sup>26</sup>

O terceiro componente de proveniência deve ser a **história arquivística** ou a explicação da transferência de propriedade ou custódia dos arquivos do produtor ou custodiador para a instituição arquivística e o subsequente cuidado desses documentos. A história arquivística seria um aprimoramento do entendimento da proveniência arqueológica ou ponto de descoberta. Proporcionaria um essencial, mas também negligenciado nível de contextualização no processo arquivístico. A história arquivística demonstraria como os documentos acabaram nos arquivos, e como eles eram gerenciados nessa instituição custodiadora ao longo do tempo. O wastebook do Forte Nanaimo foi parar em um arquivo provincial. A correspondência e os diários foram parar em arquivos comunitários. Por quê? Como? Quais decisões foram tomadas pelos arquivistas? Quais foram aceitas na aquisição e quais foram rejeitadas? O que sobrou depois que as decisões de avaliação foram realizadas? Quais descrições, catálogos ou índices foram preparados, e como essas descrições mudaram ao longo do tempo?

O arquivista é um jogador ativo na vida do arquivo: nós não adquirimos arquivos e os colocamos, passivamente, nas estantes. Nós avaliamos, selecionamos e descartamos, baseados no nosso senso natural imperfeito, do que é ou não é valioso para guarda ao longo do tempo. Nós descrevemos, reescrevemos, indexamos e reindexamos. Às vezes, não somos o ponto final para o descanso dos arquivos, mas apenas uma parada no caminho. Não seríamos um tanto arrogantes em pensar que somos um tipo de São Pedro nos portões do céu arquivístico? Uma maior ênfase na história arquivística requereria de nós mais precisão em nossas próprias ações e mais transparência sobre a gestão dos documentos sob o nosso cuidado.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Na Conferência da Associação dos Arquivistas Canadenses em Winnipeg, 2001, Tom Nesmith ofereceu considerações valiosas sobre a questão da história arquivística. Ver “Through Various Vicissitudes: Custodial History and Archival Theory” (artigo não publicado, cópia fornecida pelo autor em junho de 2002). Em março de 2002, Barbara Craig, Philip Eppard e Heather MacNeil propuseram a entrega de “A working conference on the history of records, records-keeping and archives,” a ser entregue em Toronto, Ontario, em outubro de 2003. Espera-se que essa conferência marque o início de um interesse renovado na história dos arquivos.

<sup>27</sup> Outra área relacionada valiosa para investigação, além da história do produtor, história arquivística e história da coleção, é a história da utilização dos documentos. Quem estuda os arquivos e por quê? Quais as descobertas ou consequências provenientes da utilização desses arquivos? Climatologistas utilizam diários pessoais para mapear padrões do clima e advogados utilizam documentos eclesiásticos para provar, ou refutar, alegações de

E quanto ao *respeito aos fundos*? Proponho substituir este termo por um novo – *respeito à proveniência*. Esse princípio englobaria os três componentes identificados aqui: história do produtor, história dos arquivos e história arquivística. Não podemos respeitar um fundo que nunca poderá existir. Mas podemos respeitar os arquivos que existem e documentar por completo o contexto de sua criação, de seu uso e de sua gestão.<sup>28</sup>

E quanto aos fundos? Chegou a hora de despedir-se do termo. Transformamos em loucura o nosso trabalho ao almejar uma totalidade que nunca conseguiremos alcançar. Ao referir-se aos arquivos como fundos, estamos classificando-os como algo que não são e nem podem ser. Nesse processo, acabamos ignorando como chegaram a tornar-se partes, e não totalidade. Nós gerimos documentos, gerimos arquivos, mas não gerimos fundos. Nesse caso, as partes em si são maiores que sua soma, enquanto totalidade hipotética.<sup>29</sup>

Os arqueólogos dependem das camadas de poeira para testemunhar o que ocorreu ao longo do tempo, ao estudarem onde os objetos são encontrados no espaço. Curadores de museus atentam para os rabiscos no verso das obras para explicar a história de um objeto

---

abuso ou maus-tratos. Os arquivos históricos têm se tornado fonte de vida para aqueles que estão pesquisando sobre posse de terra, especialmente em British Columbia. Arquivistas devem também considerar se tal informação, sobre a utilização dos documentos, deve ser mapeada de forma mais detalhada, como parte da história dos arquivos. É um debate valoroso se tal informação também for parte da proveniência dos documentos, e se deveria ser incorporada nas descrições de proveniência ou mantida como um elemento administrativo e descritivo separado.

<sup>28</sup> O respeito pela realidade dos documentos nos conduz a outra falha no ambiente da RAD: o prazo limitado para a existência de coleções. Em princípio, o sistema CAIN não inclui itens ou coleções artificiais. Os organizadores de redes provinciais e territoriais já estabeleceram políticas que enfocam a descrição dos fundos, e não itens ou coleções. De acordo com os planejadores do sistema BCAUL (que como a primeira lista União estabeleceu uma base para a prática em outras jurisdições), "itens individuais são considerados fundos somente se eles seguem os seguintes critérios: se o item é tudo o que resta dos fundos, se o item abrange um período de anos, se existe evidência de uma acumulação." (Ver Chris Hives e Blair Taylor, *Using Descriptive Standards as a Basis for Cooperation: The British Columbia Archival Union List*, *Archivaria* 35 (Spring 1993), p. 74. (Também disponível em: <<http://www.cdncouncilarchives.ca/cain4.html>>.)

Se arquivistas são responsáveis por preservar e descrever os documentos em mãos, se esses documentos virem enquanto uma peça única ou como coleção, isso os torna mesmo legítimos? Certamente, os arquivistas devem procurar grupos de documentos, porque quanto mais tivermos em mãos, quanto mais da história poderemos contar. Mas se a história vem como uma coleção de fotografias, pinturas ou cartas, isso será menos legítimo? Quando alguma coisa é coleção, quando é "arquivo" ou "fundo"? Ao invés de se desviarem deste enigma, os arquivistas devem abordar a realidade das coleções e permiti-las sua gestão, de forma que elas também sejam descritas nos nossos sistemas *on-line* e se tornem igualmente acessíveis para nossos usuários.

<sup>29</sup> Aqui devo acrescentar um adendo verdadeiramente assustador. Existe ou não uma totalidade documental? Após gastar US\$ 100.000 e quatro anos estudando esse assunto para produzir a minha tese de doutorado (mais do que alguns arquivos canadenses têm investido no conceito), confesso que ainda não estou pronta para trilhar por esse caminho profundo.

que viaja de um lugar para o outro, ao longo do tempo. Arquivistas devem ser cuidadosos para não limpar a poeira e apagar os rabiscos, quando tentamos explicar a história dos arquivos, ao longo do tempo e do espaço. Que expliquemos quem estava envolvido na criação e no uso dos documentos, como esses documentos foram geridos ao longo do tempo e do espaço, e como vieram parar nas nossas instituições. Que as pessoas cheguem às suas próprias conclusões e façam as suas próprias ligações. Os arquivos da Hudson's Bay Company em Nainimo, Victoria e Winnipeg cessarão de ser fundos. Serão arquivos. E então, talvez, iremos aprender não somente a história de como se constituíram, mas também como vieram a encontrar-se no local onde estão agora.

## THE DEATH OF THE FONDS AND THE RESURRECTION OF PROVENANCE: ARCHIVAL CONTEXT IN SPACE AND TIME

### RÉSUMÉ

Alors que les concepts de fonds, respect des fonds et provenance furent d'abord utilisés au Canada afin de contrebalancer les approches ad hoc de la classification et de la description, la réalité intellectuelle de la provenance et la réalité physique des documents sont devenues tellement entrelacées que la distinction essentielle entre ceux-ci et leur créateur a été perdue. Les *Règles pour la description des documents d'archives*, par exemple, prescrivent une approche pour le fonds qui ne permet pas la description d'ensembles virtuels de documents, accumulés à divers moments du temps et dispersés en divers lieux. Afin de réévaluer le concept de provenance, l'auteure examine l'utilisation de ce terme dans les domaines de l'archéologie et de la muséologie. En adaptant ces définitions au contexte de l'archivistique, elle soutient que les archivistes devraient décrire les documents qui subsistent, écrire l'histoire de leur créateur et de l'ensemble des documents créés et, enfin, décrire comment les documents ont été acquis par leur institution. Les archivistes devraient en fait étendre les éléments existants des RDDA pour la « source immédiate d'acquisition » et l'« historique de la conservation » et mettre l'accent sur une nouvelle façon de voir qui ne serait pas celle du respect des fonds mais du respect de la provenance, comprenant **l'histoire du créateur**, **l'histoire des documents** et **l'historique de la conservation**. La description des documents d'archives devrait comprendre tous ces éléments, ce qui permettrait aux archivistes de replacer les documents dans le con-

texte le plus large possible et, dans le même temps, de devenir plus responsables pour leurs décisions et plus transparents dans la gestion des documents dont ils ont la garde. Les archivistes doivent abandonner le concept de fonds parce que cette idée caractérise les documents comme ils ne pourront jamais être, en ignorant la réalité de leur existence dans le temps et l'espace.

### ABSTRACT

While the concepts of the fonds, *respect des fonds*, and provenance were initially useful in Canada to offset *ad hoc* approaches to arrangement and description, the intellectual reality of provenance and the physical reality of the records have become so intertwined over time that the essential distinction between the creator and the created has been lost. The *Rules for Archival Description*, for example, establishes an approach to the fonds that does not allow for the description of virtual bodies of records, accumulated over time and scattered over space. To reassess the concept of provenance, the author examines the use of the term in archaeology and museology. Adapting these definitions to the archival context, the author argues that archivists should describe the records that remain and explain the history of the creator, their records and how they came to be in that institution. Archivists should expand the existing elements in RAD for “immediate source of acquisition” and “custodial history” and focus on a new vision, not of *respect des fonds*, but of *respect de provenance*, which would encompass **creator history**, **records history**, and **custodial history**. Archival descriptions should encompass all these elements, so that archivists offer the broadest possible contextualization of records and, at the same time, become more accountable for their own actions and more transparent about the management of the records in their care. Archivists should abandon the concept of the fonds, since that idea labels records as something they cannot be, ignoring the reality of their existence over time and space.

---

**NOTA SOBRE A TRADUÇÃO:** A tradução deste artigo é resultado das atividades do grupo de pesquisa Fundamentos Históricos, Epistemológicos e Teóricos da Arquivologia (FHETA) da Universidade de Brasília (UnB), liderado pela Dra. Cynthia Roncaglio, professora da Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UnB) e Diretora do Arquivo Central da UnB, com participação da Dra. Shirley Carvalhêdo Franco, professora licenciada da FCI/UnB e das servidoras do Arquivo Central da UnB, Thiara de Almeida Costa e Natália de Lima Saraiva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF/UnB).

Artigo publicado originalmente na revista *Archivaria* (nº 53, 2002), periódico científico da Association of Canadian Archivists (ACA), a quem agradecemos, assim como a autora, a autorização para publicação da versão em língua portuguesa.

Original em língua inglesa disponível em:

<<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12833/14048>>

---